

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

THAYS ALMEIDA MONTICELLI

RESISTÊNCIAS, POLÍTICA E CAFÉ : A TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE  
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE JUIZ DE FORA - MG

JUIZ DE FORA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

THAYS ALMEIDA MONTICELLI

RESISTÊNCIAS, POLÍTICA E CAFÉ : A TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE  
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE JUIZ DE FORA - MG

Monografia apresentada à  
coordenação de Ciências Sociais da  
Universidade Federal de Juiz de Fora,  
como requisito para a obtenção do  
título de Bacharel em Ciências Sociais:  
Antropologia

Orientador: Profa. Dra. Jurema Brites.

JUIZ DE FORA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

THAYS ALMEIDA MONTICELLI

RESISTÊNCIAS, POLÍTICA E CAFÉ : A TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE  
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE JUIZ DE FORA - MG

Monografia apresentada à  
coordenação de Ciências Sociais da  
Universidade de Federal de Juiz de  
Fora, como requisito para a obtenção  
do título de Bacharel em Ciências  
Sociais: Antropologia

Orientador: Profa. Dra. Jurema Brites.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Jurema Gorski Brites  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

---

Profa. Dra. Elisabeth Epissolato  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

JUIZ DE FORA

2011

## **Agradecimentos**

*Agradeço aos meus pais, por todo o esforço, dedicação e incentivo que dedicaram durante todos esses anos à minha educação.*

*Agradeço ao meu irmão Daniel, pelo apoio, companheirismo e por sempre tê-lo ao meu lado.*

*Agradeço a minha avó Santinha, que sempre esteve ao meu lado em todos os processos de aprendizagem, fomentando a criatividade e mostrando com um olhar muito particular tudo que nos cercava.*

*Agradeço ao Jader, por sua atenção, carinho, amor e por sempre estar comigo em todo esse processo, sempre disposto a me ajudar e se mostrando um grande companheiro.*

*Agradeço a Pâmela, Maria Alice e Carol que compartilharam uma vida estudantil de muitas novidades, ansiedades e saudades. Muito obrigada por estarem sempre ao meu lado.*

*Agradeço a D. Neusa, Maria das Graças Santana, Maria das Graças de Souza, Conceição e Dr. Manoel por me permitirem realizar essa pesquisa!*

*Agradeço aos meus queridos amigos: Marina, Bruno, Thiago, Rodrigo, André, Jéssica, Gabi, Laís, Muzzi por tudo que aprendi com vocês, pela amizade, pelas cervejas e por me ensinar a viver e olhar para o mundo de outra maneira. Obrigada por esses quatro anos!*

*Agradeço ao grupo de pesquisa em que estava inserida, foram discussões muito importantes para minha formação! Muito Obrigada Verinha, Manu, Amanda, Vanessa e Daniela.*

*Agradeço imensamente a Jurema, que sempre se mostrou muito mais que uma orientadora. Muito obrigada por todo esforço dedicado ao meu aprendizado, são lições que sempre levarei para vida.*

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo refletir sobre a organização política sindical do trabalho doméstico remunerado em Juiz de Fora- MG, levando em consideração a sua trajetória e de suas militantes, assim como a integração destes com outros movimentos sociais como a Igreja Católica, movimento negro, feminista e partidos políticos. Aqui relataremos as práticas políticas do passado e do presente, além de questões referente à afetividade, cuidado e sociabilidade que constituíram-se como elementos importantes para a construção desse espaço para essas trabalhadoras.

Palavras chaves: trabalho doméstico remunerado, organização sindical, gênero.

## RESUMÉ

Ce travail vise à réfléchir sur l'organisation politique union du travail domestique rémunéré à Juiz de Fora - MG, en tenant compte de son histoire et ses militants ainsi que leur intégration avec d'autres mouvements sociaux comme l'Eglise Catholique, le mouvement noir, féministes et les partis politiques. Nous rapportons ici les pratiques politiques du passé et du présent, ainsi que les questions relatives à l'affection, le *care* et le sociabilité qui se sont imposés comme des éléments importants pour la construction de l'espace pour ces travailleurs.

Mots-clés : travail domestique rémunéré, union politique, genre.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	7
3. METODOLOGIA.....	12
4. REVISÃO DA LITERATURA.....	18
5. A TRAJETÓRIA DAS MILITANTES E DA ASSOCIAÇÃO.....	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o trabalho doméstico remunerado e suas particularidades no contexto social brasileiro, como enfoque analítico esta pesquisa se concentrou em compreender a trajetória da Associação de Trabalhadoras Domésticas de Juiz de Fora<sup>1</sup> e de suas militantes, considerando as articulações (ou não) com outros movimentos sociais, como o movimento negro, feminista e Igreja Católica. Não podemos deixar de mencionar que as ambigüidades afetivas e de classe social vividas dentro do espaço doméstico trazem complexidades para a categoria, tanto em sua forma de contratação quanto na formação sindical.

No trabalho de campo realizado entramos em contato com uma relação sindical diferente das analisadas em outras regiões brasileiras, onde as relações de sociabilidade são muito importantes manter aquela instituição funcionando. O viés político de suas atuações está mais identificado com um espaço afetivo e social.

As trajetórias de vida e a conscientização de classe trouxeram angústias e desconfortos que perduraram significadamente na afetividade e vida social dessas trabalhadoras. A Associação de Trabalhadoras Domésticas de Juiz de Fora ainda persiste por vínculos muito mais fortes e intensos que os de ordem política- vínculos de afetividade, cuidado, companheirismo e saudades compartilhadas. A luta por cidadania, neste contexto, não se dá somente por direitos trabalhistas, mas pela busca de valorização pessoal e integração social.

A pesquisa se fundamentou na metodologia interpretativista, onde os símbolos sociais fazem parte de uma rede de significados que movem a sociedade (GEERTZ, 1989). Dessa maneira a pesquisa procurou apontar conteúdos complexos que estão em tensão entre a estrutura e a ação humana em seu meio social e compreender o sentido que rege essas relações.

---

<sup>1</sup> Este trabalho refere-se a uma pesquisa mais ampla intitulada: Serviço Doméstico, Participação Política e Cidadania – um estudo a partir da inserção política das militantes; que tem por objetivo compreender as diversas maneiras de formação sindical do serviço doméstico no Brasil.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O trabalho doméstico remunerado emprega cerca de sete milhões de trabalhadoras, constituindo a atividade que mais empregava mulheres no país<sup>2</sup> de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD,2009). Os resquícios de escravidão é um marco na história da categoria, pois ainda no Século XXI encontramos, lado a lado com relações mais ou menos formalizadas, situações onde são tratadas como “criadas” (parte da família). A execução do trabalho doméstico remunerado, formal ou informal, sempre é marcado por fortes laços afetivos, onde essas trabalhadoras se encontram em um espaço familiar que se constrói não apenas em vínculo trabalhista, mas em convívios íntimos e relações de cuidado que marcam suas histórias pessoais e suas percepções enquanto classe profissional (CHANEY e CASTRO,1999).

Pensar o trabalho doméstico remunerado no Brasil é refletir sobre classe social, gênero, cultura e raça “Bernadino-Costa (2007), Brites (2000), Pereira de Melo (1999), Oliveira (2007)”. Trata-se de um trabalho presente desde a formação da sociedade brasileira, dessa maneira acompanha historicamente em suas próprias configurações as mudanças sociais e políticas do país. Portanto, a análise de suas complexidades podem nos mostrar como as estruturas de classe social e cidadania se definem e se transformam no Brasil. (BRITES,2010)

Este trabalho propõe-se a pensar a organização sindical em seus contextos políticos, abordando as tensões particulares que se constitui esse movimento e o próprio trabalho doméstico remunerado. Para compreender as questões organizacionais das militâncias, faz-se necessário diferenciar o trabalho doméstico remunerado do trabalho doméstico da esfera reprodutiva. A classificação teórica da divisão sexual do trabalho designa toda tarefa feita por mulheres, mães, filhas, esposas dentro de seus lares como um trabalho; dessa maneira, o trabalho doméstico remunerado é designado ao trabalho executado por uma pessoa fora da rede parental que está sob um contrato de trabalho.

---

<sup>2</sup> - O trabalho doméstico foi a categoria profissional que mais empregou mulheres do país, de acordo com os dados do PNAD de 2009 o setor de comércio superou esse dado.



Ao longo do século XX o movimento foi se organizando de forma muito lenta, mas consistente em termos de lutas. A organização política da categoria no Brasil iniciou em 1936 pelas mãos de Laudelina de Campos Melo que fundou primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas em Santos. A história dos sindicatos e da luta por direitos trabalhistas não pode ser contada sem ao menos citarmos seu nome. Sua militância começou no movimento negro e perdurou por aproximadamente seis décadas. Em 1960 iniciou um trabalho de mobilização em anúncios de jornais, rádio e através de alguns sindicatos. Assim em 1961 funda a Associação Profissional Beneficente das Trabalhadoras Domésticas em Capinas-SP onde atuou até sua morte em 1991(OLIVEIRA, 2009).

Assim, os trabalhos que as Associações e Sindicatos passaram durante a década de 60 era a mensagem de ruptura dos laços afetivos com a família como condição para a formação de classe (BERNADINO COSTA, 2010. p.86). O Estado brasileiro paulatinamente vai incorporando na legislação o reconhecimento deste setor, mas sempre de forma recalcitrante e incompleta. Após anos de negociações e lutas do movimento sindical a lei 5.859 de 1972 qualificou o trabalho doméstico como profissão e lhe garantiu os seguintes direitos: anotação do contrato na carteira de trabalho (quando apresentado atestado de boa conduta e de saúde, hoje não muito utilizado), previdência social (definindo como obrigatório, descontando 8% do empregador e 12% do salário da trabalhadora) e férias de 20 dias úteis a cada um ano de trabalho. Com a Constituição de 1988 as alterações foram mais relevantes, incluindo aos direitos já mencionados o salário mínimo fixo, irredutibilidade salarial (salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo), décimo terceiro salário (com base na remuneração integral), repouso semanal remunerado e em feriados civis e religiosos, licença maternidade, aviso prévio e férias anuais de 30 dias com acréscimo de 1/3 do salário. Já em 2001 a lei 10.208 inclui o FGTS, mas como um direito facultativo (a critério do empregador), e em 2006 foi incorporado a essa lei um benefício que garantiu a restituição do imposto de renda aos empregadores que contribuíssem corretamente com a previdência social da trabalhadora, e considerou o vínculo trabalhista às diaristas que prestam serviço mais de três dias por semana em uma mesma residência através assinatura na carteira de trabalho. Porém, as conquistas ainda não garantem a totalidade de direitos trabalhistas que é oferecida aos demais trabalhadores. (PORTO, 2010, p. 84).

Embora a legislação brasileira tenha concedido direitos às trabalhadoras domésticas remuneradas, nenhuma medida é designada aos empregadores que descumprem a lei. Além dessas trabalhadoras não terem uma jornada de trabalho estabelecida, não lhes é dado o direito de receber horas extras e alguns dos direitos ainda são facultativos.

As complexidades constitucionais também se aplicam na realidade trabalhista, onde a garantia das leis no Brasil é regulada em provas escritas e testemunhais. Contudo o trabalho doméstico remunerado está inserido no campo particular (residência, casa de família) e é composto em sua maioria por mulheres semi-analfabetas; dificultando enormemente tanto sua compreensão dos direitos, como as constituições de provas (quando há acordos rompidos e abusos cometidos).

As particularidades em relação ao não reconhecimento trabalhista do trabalho doméstico remunerado estão ligadas a tradicional marginalização de suas executoras. O número de trabalhadoras com carteira assinada no país é de 26% (PNAD, 2009), indicando a baixa formalização do trabalho e reafirmando o quanto o impacto das conquistas no campo legislativo ainda tem baixa repercussão nas práticas cotidianas, onde uma relação mais moderna em termos contratuais e de reconhecimento por parte dos empregadores (dos direitos cidadãos desta categoria) denota que o tradicionalismo ainda persiste através de uma postura patronal de expectativas de servilidade pré-modernas. (BRITES,2000).

O campo de direitos em torno do trabalho doméstico remunerado foi árduo e longamente conquistado pela articulação sindical da categoria. Inicialmente essa articulação se deu entre trabalhadoras domésticas (em sua maioria pobres, negras e semi-analfabetas) com a Igreja Católica (JOC)<sup>3</sup> e os movimentos negro e sindical. Essa junção fez surgir, em um período histórico propício para mobilizações populares, o movimento de trabalhadoras domésticas remuneradas. Atualmente o cenário de articulações do movimento se expandiu para interpretações e motivações políticas raciais e feministas. Isso não significa que as interpretações de classe

---

<sup>3</sup> - A JOC surgiu na Bélgica pelas mãos do Padre Leon Joseph Cardijn, que percebeu que a influência da Igreja entre trabalhadores e operários era muito baixa, pois achavam que esta estava ligada as "classes dominantes". No Brasil os primeiros grupos da JOC foram formados em 1930, mas sua atividade se tornou mais efetiva na década de 40 quando se uniu com outro movimento da Igreja, a Ação Católica. (MATTOS, 2008).

foram retiradas e sim redirecionadas aos debates raciais e de gênero. (BERNADINO-COSTA, 2007).

A despeito de tantas conquistas, a dificuldade de sindicalização ainda se faz presente, apenas 1,6% das trabalhadoras domésticas remuneradas são sindicalizadas. (BERNADINO-COSTA, 2007). Esta é tônica repetitiva de muitos depoimentos de militantes históricas: a preocupação com a reprodução política das militantes e lideranças, e como essas novas lideranças irão gerenciar um movimento que foi construído através de muitas resistências à exploração econômica, marginalização e racismo.

Dentro desse quadro o governo se volta a esta questão com políticas públicas, como o Projeto Trabalho Doméstico Cidadão que foi criado em 2005 pelo Ministério do Trabalho e Emprego que tem por objetivo fortalecer as representações políticas (sindicatos e associações), aumentar a escolaridade das trabalhadoras, garantir acesso à moradia, ampliar a proteção contra a violência doméstica, melhorar as relações de trabalho e estimular ao debate e a promoção da legislação. Porém, até 2008 o programa tinha capacitado em torno de 600 trabalhadoras no Brasil. Considerando as estimativas de 7 milhões de pessoas nessa categoria, os números são mínimos e apenas significativos simbolicamente. (CFEMEA, 2008). Além disso, o programa está desarticulado, pois em sua última edição foram selecionados parceiros e aplicadores (agências de emprego) que não estão de encontro com as idéias e projetos dos sindicatos, fazendo com que não haja uma discussão política de gênero e raça; de tal modo que há o fortalecimento do quadro, já estigmatizado, de informalidade trabalhista e política.

A última conquista (2011) do movimento foi a Convenção 189 intitulada “Convenção sobre o Trabalho Decente<sup>4</sup> para as Trabalhadoras Domésticas e os Trabalhadores Domésticos” acompanhada da recomendação 201 (com mesmo título) na 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa convenção acompanhada de recomendação foi constituída por uma representação tripartite (trabalhadoras domésticas remuneradas, empregadores e representantes dos governos). Anteriormente a essa conferência foram feitas reuniões com as

---

<sup>4</sup> -O conceito de “trabalho decente” foi formalizado pela OIT em 1999 e sintetiza sua missão em promover oportunidades para homens e mulheres terem acesso a um trabalho produtivo e de qualidade, considerando questões de equidade, liberdade, segurança e dignidades humanas. Sendo assim, fundamental para o combate a pobreza, redução das desigualdades sociais, garantia de um governo democrático e de desenvolvimento sustentável.

mesmas representações em cada país, respeitando as realidades locais. Dessa maneira a categoria sindical do Brasil teve um grande destaque em suas articulações, visto que a legislação brasileira é a mais abrangente em direitos da América Latina e que a formação sindical em países da Europa e Ásia ainda são muito tímidos<sup>5</sup> o Brasil então conseguiu o papel de relator dessa convenção. A mesma articulação vista em Genebra acontece no Brasil pressionando o poder legislativo para que a convenção seja incorporada na Constituição, já que esta tem por objetivo combater a violação dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no trabalho, como o trabalho infantil e a discriminação. Porém existem quatro artigos que não tiveram um consenso entre as representantes sindicais dos países presentes: a idade mínima para ingressar no trabalho doméstico, não respeitando assim a maior idade constitucional; os pagamentos *in natura* que são os pagamentos realizados com doações de roupas, comida, etc.; a jornada de trabalho: medidas de horas extras, período de descansos diários e semanais; e a inspeção do trabalho, adoção de medidas e possibilidade de acesso de órgãos institucionais ao domicílio, com respeito à privacidade (OIT,2011). É possível perceber os grandes desafios do ponto de vista da ação pública e da própria organização de atores sociais, há uma complexidade fundamentada nas características particulares estruturais do espaço onde esse trabalho é realizado, pois há diversas formas de “negociações” trabalhistas que as próprias trabalhadoras domésticas encontram e que fazem uma lógica maior em sua realidade, não incorporando em seu dia a dia as noções legais.

Assim é possível traçar um quadro contextual sobre o trabalho doméstico remunerado: são mulheres que vivem em condições de trabalho onde são encontradas noções de servilidade ao lado de conquistas constitucionais democráticas, ou seja, nos espaços domésticos as ambigüidades relativas ao moderno e “arcaico” estão estritamente ligadas. Isso resulta em sistemas relacionais complexos dentro do âmbito familiar que refletem em poucas e invisíveis políticas públicas para a categoria, fazendo com que as desigualdades e diferenças não sejam debatidas no Brasil.

---

<sup>5</sup> - O trabalho doméstico na Europa é constituído, em sua maioria, por imigrantes; dessa maneira há uma dificuldade de sindicalização devido a sua ilegalidade e a uma postura de “sujeitos de menos direitos” no país que não é seu. Já no Oriente, a Índia é o país que mais emprega trabalhadoras domésticas e sua luta por direitos está restrita por uma ordem simbólica hierarquica de castas, delimitando assim as ações do agentes sociais. (X Congresso Nacional de Trabalhadoras Domésticas, 2011).

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada através da metodologia qualitativa, já que esta possibilita para o conhecimento antropológico as entrelinhas subjetivas de uma realidade social. Através da investigação da vida dos agentes os estudos qualitativos nos permitem compreender a relação entre o universal e o particular, assim é nos dada à possibilidade de pensar a realidade e as complexidades sociais brasileiras através do trabalho doméstico remunerado e de sua articulação política sindical.

Por meio da abordagem qualitativa é possível desenvolver uma gama de outras interpretações do mesmo fato. Como uma luz que reflete em um cristal, várias outras dimensões, cores, possibilidades, exibições, etc. nos surgem (LINCOLN; GUBA. 2007,p.186). Essa perspectiva nos aponta que não há verdades únicas, pois os sujeitos se expressam e se definem por meio de suas próprias lógicas. O que cabe ao pesquisador é interligar os conteúdos complexos que se mostram entre a estrutura e a ação humana em seu meio social, mesmo que a compreensão deste contexto seja parcial, é por meio dela que podemos restabelecer o sentido das ações sociais. É imprescindível que o pesquisador entre em um processo de estranhamento dos seus próprios valores e se disponha a olhar, ouvir e observar as dimensões simbólicas dos sujeitos.

Partindo dos princípios interpretativistas, onde toda a ação (social) humana é detentora de significados – e isso explicita que as ações humanas são dotadas de intenções particulares que dão sentido às suas práticas – pode-se perceber que um sorriso não pode ser compreendido em um ato isolado, mas para apreender o seu sentido é necessário entender o seu significado simbólico em suas determinadas dimensões e contextos (LINCOLN; GUBA. 2007,p.195). As práticas sociais e a cultura, de acordo com Geertz (1989,p.20) são um sistema simbólico; teias de significados que o homem tece e nas quais ele enxerga o mundo, sempre procurando seu sentido.

Para olhar para essas dimensões simbólicas, de acordo com Geertz (1989,p.21), não é preciso nos afastarmos “dos dilemas existenciais da vida em

favor de um algum domínio de formas não emocionalizadas: é mergulhar no meio delas. A metodologia interpretativa tem por objetivo nos colocar a ouvir os outros e não em responder as nossas questões (GEERTZ, 1989,p.21) .

O interpretativismo então busca compreender a constituição do mundo intersubjetivo cotidiano. Partindo dos significados das ações humanas e reconstituindo “a gênese desses significados na comunicação intersubjetiva dos indivíduos em seus meios sociais”. (LINCOLN; GUBA. 2007,p.196)

A metodologia qualitativa interpretativista nos oferece a possibilidade de conhecer os significados que os sujeitos percebem de sua própria realidade, nos possibilitando enxergar (paradoxalmente com mais profundidade e parcialidade), as estratégias e resistências dos agentes em relação ao seu meio social.

Acrescentando a essa abordagem interpretativa, as considerações feitas por Bourdieu (1962,p.136) são essenciais para expor minha compreensão sobre os caminhos metodológicos qualitativos. De acordo com o autor, é essencial que o pesquisador reconstitua a totalidade através da investigação da unidade entre a consciência subjetiva que o indivíduo tem sobre a realidade social e a estrutura objetiva do sistema em que está inserido.

Se o sociólogo se proíbe de concordar com a consciência que os sujeitos constroem sobre suas situações e de tomar ao pé da letra a explicação que eles dão a elas, ele considera essa consciência com muita seriedade para tentar descobrir seu fundamento real, só se dando por satisfeito quando consegue abarcar na unidade de uma compreensão a verdade imediatamente dada à consciência vivida e a verdade laboriosamente adquirida pela reflexão científica. **A sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se tivesse por finalidade apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com os homens, mesmo quando estes, à maneira das marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não se desse à tarefa de restituir a esses homens o sentido de suas ações.** (BOURDIEU, 2006, p. 92, grifo nosso).

É através dessa perspectiva que trabalhamos, tentando compreender as lógicas políticas da Associação através de suas vozes e histórias sempre tentando contextualizá-las.

Os estudos sobre o trabalho doméstico remunerado iniciaram durante a graduação quando a professora Jurema Brites me convidou para ser bolsista de sua pesquisa “Serviço Doméstico, Participação Política e Cidadania – um estudo a partir

da inserção política das militantes” financiada pela FAPEMIG. Esse convite se deu pelo fato que já havia procurado a professora para compreender melhor os estudos de gênero e me inserir neste campo, já que a participação no “I Colóquio Simone de Beauvoir - maternidades, paternidades, conjugalidades e política”, na própria UFJF em 2009, me incomodou e me fez despertar atenção para essa linha de pesquisa nas ciências sociais. Ao longo de seis meses participei de uma disciplina do mestrado e mais duas matérias de antropologia cultural que se relacionavam ao tema. A partir daí, a proximidade e a curiosidade dos estudos me resultou no convite para a bolsa de iniciação científica.

Para me contextualizar e me inserir melhor na pesquisa muitas bibliografias acerca do tema foram designadas. Nos últimos 10 anos no Brasil a produção científica sobre trabalho doméstico remunerado vem aumentando, abordando aspectos sociais, culturais e políticos que fazem parte do universo pesquisado<sup>6</sup>. A partir das leituras como Ávila (2009), Bernadino-Costa (2007), Pereira de Melo (1999), Oliveira (2007), Chaney (1999) Dutra (2008)”, etc. várias questões e perguntas foram surgindo. Apesar do número de pesquisas terem aumentado, a produção ainda não é significativa nas ciências sociais, deixando com que muitas lacunas sobre o trabalho doméstico remunerado ficassem silenciadas. Muitas perguntas surgiram, mas nada como ir a campo para responder algumas dessas questões e encher nossas cabeças com mais mil indagações.

A minha tarefa na pesquisa se relacionava com a trajetória do sindicato de Belo Horizonte, assim comecei a fazer uma busca na internet para descobrir o telefone, endereço, presidente, etc. desse sindicato. As minhas pré-noções desse campo político estavam tão erradas que primeiramente recorri aos meios eletrônicos para me informar, porém a comunicação através dos meios virtuais passa muito longe desse movimento, que como já foi dito, é constituído por trabalhadoras domésticas remuneradas que tiveram poucos anos de estudo e poucas oportunidades de integração social e tecnológica. Porém, existe um site chamado “doméstica legal” (esse site é feito por um advogado carioca chamado Mario Avelino que não tem nenhum envolvimento com os sindicatos e nem com os patrões, sempre está na mídia e em Brasília representando os dois lados (patrões e trabalhadoras domésticas remuneradas) e se passa por muitas vezes como

---

<sup>6</sup> - Esse ponto será melhor discutido na Revisão da Literatura

representante do movimento) que mostrava o endereço de alguns sindicatos do Brasil e foi lá que descobri a existência da Associação de Trabalhadoras Domésticas de Juiz de Fora. Assim, a primeira visita que fiz à Associação foi para saber como me comunicaria com o sindicato de Belo Horizonte, porém como vi particularidades nessa Associação (como ainda funcionar em uma Pastoral da Igreja Católica) e como fui muito bem recebida pelas pessoas que estava lá resolvi voltar outras vezes e incluir Juiz de Fora na pesquisa.

É muito importante ressaltar que tive grandes privilégios para realizar esse trabalho, justamente porque ele faz parte um projeto maior. Assim, as discussões realizadas pelo grupo de pesquisa<sup>7</sup> durante dois anos e o apoio financeiro para realizar viagens e participar de cinco seminários (I e II Seminário Interno da Pesquisa "Serviço Doméstico, Participação Política e Cidadania (ambos em 2010) e a II Oficina Feminilização do Trabalho: Trabalho Doméstico e Afeto em um Contexto Transnacional (2011) foram essenciais para perceber em que tensões teóricas esse tema é debatido, a formação de mais quadros analíticos e a possibilidade de conhecer e conversar com outras pessoas que estão produzindo novas apreciações acerca do trabalho doméstico remunerado.

Foram feitas também duas viagens acompanhando as militantes de Juiz de Fora em Congressos sindicais da categoria. A primeira viagem foi para o Rio de Janeiro no Congresso Regional de Trabalhadoras Domésticas no dia 10/10/2010 e a segunda viagem foi feita entre os dias 15/09/2011 a 18/09/2011 em Recife no X Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Essas viagens foram muito importantes para entender o quadro político dos sindicatos atualmente, as diferenças geracionais em relação às abordagens políticas e o posicionamento das militantes de Juiz de Fora frente ao grupo.

A comunicação com outras pesquisadoras<sup>8</sup> do tema e, principalmente com outras militantes de outros lugares, foram fundamentais para essa pesquisa, pois foram os momentos onde havia um entendimento deste campo político no contexto

---

<sup>7</sup> - O grupo de pesquisa era formado por: Jurema Brites (coordenadora principal, Universidade Federal de Santa Maria-RS), Vera Guimarães (coordenadora, Universidade Federal de Juiz de Fora-MG), Emanuela Patrícia de Oliveira (pesquisadora colaboradora, Universidade de Campinas- SP), Amanda Gomes (pesquisadora, Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ), Vanessa Flores (pesquisadora, Universidade Federal de Santa Maria-RS) e Daniela Romcy (pesquisadora, Universidade Federal de Santa Maria –RS)

<sup>8</sup> - Coloco pesquisadoras, pois este campo de análise das ciências sociais é predominantemente realizado por mulheres, sendo que são encontrados apenas 2 ou 3 homens que discutem o trabalho doméstico remunerado no Brasil.



brasileiro e de como a Associação de Juiz de Fora se posicionava frente à alguns debates. Todo o caminho que a pesquisa me proporcionou foi muito relevante para o processo de conhecimento do tema. Sem o suporte dado pelo grupo, as análises acerca da Associação de Juiz de Fora seriam incógnitas que levaria muito tempo para compreender.

Este trabalho foi realizado na Associação de Trabalhadoras Domésticas de Juiz de Fora-MG durante os meses de agosto, setembro e novembro de 2010 com a participação nas terças e quintas feiras, das 16:00 às 18:00 (horário que a Associação ficava aberta) quando havia atendimento do advogado. Foi feito um acordo com o grupo pesquisado de manter seus nomes reais nesse trabalho, pois acreditamos ser fundamental identificar as pessoas que construíram essa instituição política, pois suas trajetórias pessoais já estão integradas com a trajetória da Associação. É importante ressaltar também que muitas informações adquiridas em campo se deram através de fofocas, tanto das histórias pessoais das militantes como da própria Associação, dessa maneira essas informações não estão contidas nesse trabalho, mas foram essenciais para compreender o campo, pois as fofocas são partes constituintes da sociabilidade do grupo.

Durante a observação participante dessas reuniões foi possível entender algumas particularidades dessa instituição como, por exemplo, o pensamento e as ações políticas da Associação, o atendimento jurídico, a comunicação com outros sindicatos do Brasil e a sociabilidade (principal razão que as fortalece) que só foi percebida através das xícaras de cafés que tomava com elas nesse espaço.

De acordo com Becker (1994, p. 64), a observação participante é uma técnica de pesquisa essencial para apreendermos as características da vida cotidiana, possibilita ver e escutar as ações espontâneas, como as pessoas reagem em grupo e isoladamente, quais as contradições e principalmente as reações e resistências que os sujeitos não expressam em entrevistas, a observação participante é muito mais que se aprofundar em dados e ter "*insights*", é compartilhar, mesmo estando na posição de pesquisador (e isso pode afetar a observação), lado a lado as experiências de uma meio social.

Junto com a participação nesses dias e horários específicos foi possível através de entrevistas conhecer a trajetória da vida pessoal das militantes. Essa foi a parte mais forte da pesquisa e a que nos fez perceber as complexidades subjetivas que estavam em jogo na construção e na rede de sociabilidade da Associação.

Muitas vezes ao escutar todas suas histórias saía completamente desnorreada e envolvida com aquelas cinco mulheres. Ter entrado em contato com essas trajetórias foi essencial para a reflexão de como surgiu e de como se mantém essa Associação viva.

A utilização de histórias de vida nas ciências sociais traz o debate sobre a singularidade do indivíduo e o contexto histórico e social em que está inserido, nesse trabalho não foi utilizado a técnica de “história de vida de fato”<sup>9</sup>, e sim a pesquisa e análise das trajetórias pessoais dessas mulheres, porém essa abordagem está no quadro conceitual de “histórias de vida”. Cada “vida ou trajetória” é ao mesmo tempo individual e universal, expressa a história social e universal de um dado período do tempo, de um lugar ou de um grupo, nos mostra a síntese da tensão entre a liberdade individual e o condicionamento dos contextos estruturais. Deste modo, cada indivíduo é uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade. Se cada indivíduo singulariza em seus atos a estrutura social é possível compreender uma sociedade através das *histórias de vida*, ou ao menos perceber o social partindo da especificidade de uma trajetória pessoal.

Tentar compreender uma vida como uma série única é, por si só, suficientes de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado (...) isto é, não podemos compreender uma trajetória a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou. (BOURDIEU, 1997, Pág. 82).

Diante dessas considerações, a escolha metodológica foi feita a partir da compreensão da necessidade de técnicas e instrumentos que pudesse abordar as complexidades da Associação, levando em consideração o processo de historicidade e subjetividade que o envolve. Pois a análise do processo histórico no

---

<sup>9</sup> - Julgamos que para realizar essa técnica de pesquisa é necessário muito mais envolvimento com a trajetória, como analisar documentos, fotos, fazer entrevistas muito mais aprofundadas, etc.

qual está envolvido o objeto e o seu papel de agente transformador no processo social do mundo moderno se fez fundamental para essa pesquisa.

#### 4. Revisão da Literatura

A revisão da literatura conterà livros, teses, dissertações, artigos relacionados ao tema trabalho doméstico remunerado. As obras apresentadas nesse trabalho foram essenciais para a compreensão do tema, sem essas abordagens não seria possível entender o quadro contextual e complexo que cerca a realidade social dessas trabalhadoras. São obras que refletem sobre desigualdade social demarcada pela exploração de gênero, conceitos que envolvem cidadania, raça, lutas sindicais e resistência no trabalho doméstico remunerado. Para isso, acho importante traçar uma linha que aborda os principais campos teóricos que o tema já esteve envolvido: começando por uma perspectiva histórica, depois patriarcado, divisão sexual do trabalho e as análises das relações entre os sujeitos (ÁVILA, 2009,p.40).

Durante muito tempo a invisibilidade do trabalho doméstico remunerado também apareceu nas produções acadêmicas. Era possível estabelecer um pensamento crítico através de algumas obras que abordavam pontos acerca das questões raciais no Brasil, como “Casa Grande e Senzala” (1933) e “Sobrados e Mucambos”<sup>10</sup> (1936) de Gilberto Freyre e obra de Florestan Fernandes “A inclusão do negro na sociedade de classes”<sup>11</sup> (1964) também nos remete, através sua análise, a alguns pontos sobre o trabalho doméstico remunerado. Estes trabalhos são importantes, pois ressalvam que a gama de mulheres incluídas nesse trabalho é decorrência de um regime escravocrata e que algumas de suas características ainda persistem até hoje devido à desigualdade social e econômica brasileira. Dessa maneira julgo importante trazer a obra de Graham (1988) que faz uma análise sobre o tema entre a segunda metade do século XIX e início do século XX (ÁVILA, 2009, p.41). Estimamos que essas obras são importantes pelo fato de nos mostrarem que as características sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil podem se repetir

---

<sup>10</sup> -FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 20ªed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio,1988. FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 2 vols. 3ªed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961.

<sup>11</sup> - FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ªed. São Paulo: Ática, 1978.

por muitos anos, demonstrando que as noções a serem tratadas estão enraizadas na cultura social do país.

O livro de Sandra Laudelarde Graham: “Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.” é uma publicação de sua tese de doutoramento pelo Departamento de História da Universidade do Texas<sup>12</sup>. A autora faz uma detalhada busca a arquivos para “resgatar as experiências das criadas em seu trabalho e em sua vida privada e vê-las como eram vistas por seus patrões” (GRAHAM, p.15). Sua obra então se baseia na descrição do trabalho das criadas e da relação com seus patrões nos espaços da casa e rua. Ela apresenta que os patrões eram, em sua maioria, membros do parlamento, ministro de gabinete, conselheiros do Estado, juízes do Tribunal Superior e funcionários subalternos que eram também empregados pelo Estado. E as criadas eram as mulheres escravas ou alforriadas que estavam inseridas nessa ocupação, a autora ainda acrescenta a esse dado uma grande relevância racial, onde a categoria “criada” desmitifica idéia de que apenas escravas estavam vinculadas a esses trabalhos, pois este serviço era tomado primordialmente por mulheres negras e mulatas livres ou não. (BERNADINO COSTA, 2000).

Os estudos entre os anos de 1860-1910 possibilitou a autora compreender a relação do Estado com essas mulheres em períodos históricos muito marcantes, como a Abolição da Escravidão e da Proclamação da República, além disso as transformações das estruturas urbanas nessas datas mudaram consideravelmente o cotidiano das criadas. Durante os anos de 1850-55 as ondas de epidemias tomaram conta da cidade, então entre 1902-1910 os cortiços e os centros da cidade foram totalmente destruídos e transformados com os encanamentos domésticos, etc. Isso alterou significadamente a vida dessas mulheres, pois já não havia mais o espaço de compartilhamento com outros trabalhadores pobres da cidade. (GRAHAM, p.21)

Seu livro está claramente embasado nos trabalhos de Gilberto Freyre e Roberto Da Matta quando discute as contraposições casa/rua e proteção/obediência. (BERNADINO COSTA, 2000). A casa e a rua são lugares completamente distintos e em consequência disso há maneiras diferenciadas no tratamento de criadas “porta adentro” e as criadas da rua.

---

<sup>12</sup> -O título original é “House and street: the domestic world of servants and masters in nineteenth-century Rio de Janeiro (1988). (BERNADINO COSTA,2000).

O âmbito de trabalho que chamo doméstico inclui, em um extremo, as mucamas e amas-de-leite e, no outro, as carregadoras de águas ocasionais, as lavadeiras e costureiras. Até mesmo as mulheres que vendiam frutas, verduras ou doces na rua eram geralmente escravas que, com frequência, desdobravam-se também em criadas da casa durante parte do dia. Ao meio do caminho estavam as cozinheiras, copeiras e arrumadeiras. O que distinguia não era apenas o valor aparente de seu trabalho para o bem estar da família, refletido no contato diário que cada uma tinha com os membros desta, mas também no grau de supervisão. Uma mucama ou ama-de-leite, que entrava nos aposentos mais íntimos da família para servir a patroa ou cuidar de uma criança, era a mais estreitamente vigiada de todas. (...). Em contraste, transportar água ou lavar roupa no chafariz significava que algumas criadas trabalhavam fora da circunscrição da casa e o olhar da patroa. (GRAHAM, p. 18)

A autora mostra que as criadas “porta-adentro” tinham uma certa preferência, muitas vezes motivadas pelos cuidados e dedicações que fazia aquela família por se identificarem como pertencentes a ela, porém também estavam sujeitas a um tratamento hierárquico mais claro através da permanente vigilância. Esse ponto é fundamental para pensar o trabalho doméstico remunerado hoje, as questões relacionadas à afetividade que envolve o trabalho doméstico remunerado ainda são presentes, não tão intensamente e nem ao menos demonstrado da mesma maneira. Porém, as principais características de uma “boa trabalhadora doméstica” estão relacionadas à sua atenção e cuidados com as coisas da casa. Nesse ponto há duas problematizações que precisam ser apontadas: a reafirmação das noções de cuidado e atenção referida às mulheres, reafirmando assim símbolos sociais associados aos “papeis femininos”; e a proteção social vinculada aos laços afetivos que a autora também trabalha em sua obra.

Ao descrever as noções de proteção e obediência Graham demonstra claramente que as proteções sociais estavam estritamente ligadas ao reconhecimento trabalhista de seus patrões: a criada ganha alimentação, abrigo, roupa, remédio, algumas vezes até a alforria em troca de sua obediência e dedicação aos serviços domésticos e à família. Essas relações não se restringiam apenas os sujeitos diretamente envolvidos, muitas vezes as noções de obediência eram passadas para seus filhos que também se mantinham em um laço de dependência com essa família. É possível pensar que essa lógica “proteção/obediência” marcou uma estrutura político-cultural da sociedade brasileira

caracterizada pela desigualdade social e dependência, e que esses arranjos ainda são vistos em nossa atualidade.

A perspectiva histórica trazida em sua obra não apenas diz sobre as raízes culturais e simbólicas que marcam as relações entre patrões e criadas, ela nos dá elementos para refletir a complexidade sobre trabalho/afeto/obediência dentro do espaço doméstico em um regime democrático, onde as cargas afetivas ainda são motrizes para se estabelecer uma relação, seja do lado da trabalhadora como uma maneira de se estabelecer uma boa convivência e receber donativos em troca, seja do lado dos patrões onde a afetividade está ligada a sua solidariedade e confiança<sup>13</sup>. É importante ressaltar que essas relações sempre estiveram marcadas por uma postura hierárquica de poder e de classe e é através dessa perspectiva que outras obras foram produzidas.

Passando de uma perspectiva histórica e entrando em perspectivas fundamentadas nas dominações hierárquicas de poder encontramos debates acerca da invisibilidade e falta de reconhecimento do trabalho doméstico remunerado através das explicações baseadas no patriarcado. O patriarcado, como visto por Saffioti (2004, p. 57), é definido como um sistema estrutural onde a dominação e exploração dos homens não se configura apenas nas relações privadas, mas invade todos os espaços da sociedade<sup>14</sup>. Este conceito está estritamente ligado ao movimento feminista dos anos 70 que o enxergava como um sistema a ser debatido, e que apresentava duas características. A primeira se refere ao patriarcado como um sistema e não estando em um processo relacional entre os indivíduos. E a segunda está na oposição entre patriarcado e capitalismo, sendo um completamente diferente do outro; isso resultou em um posicionamento político muito importante, pois foram confrontadas com abordagens que enxergavam a subordinação feminina como consequência do capitalismo. (ÁVILA, 2009, p. 50)

O conceito de patriarcado é redefinido e criticado por vários autores por sua universalidade e imutabilidade. Uma teoria que se baseia apenas na diferença entre homens e mulheres de uma maneira binária e fixa não dá suportes para pensar o trabalho doméstico remunerado, onde as relações de desigualdade não estão

---

<sup>13</sup> - Para essa abordagem história ainda é preciso refletir sobre a obra de Matos (1994).

<sup>14</sup> - o noção de patriarcado vem, principalmente, da dominação do pai na família. O seu poder de homem esferaorganiza as realações sexuais, educação dos filhos e os serviços domésticos.

marcadas apenas pelo poder masculino, mas também podem ser vistas na dominação entre mulheres e sempre de uma maneira relacional. (KOFES,2001)

A outra perspectiva que pensa a invisibilidade do trabalho doméstico remunerado advém da tentativa de superar os limites da teoria marxista, que acusa a subordinação feminina através da divisão sexual do trabalho. Esse debate já é antigo, mas foi pouco utilizado para visualizar o trabalho doméstico remunerado no Brasil<sup>15</sup>.

Esse conceito se baseia na idéia de que as condições em que vivem homens e mulheres são diferenciadas por serem produtos de construções sociais , formando assim grupos sociais que se envolvem em relações sociais de sexo. Essas relações estão fundamentadas em uma sociedade capitalista que envolve os conceitos de mercadoria, neste caso o trabalho, e se expressam por meio da divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, p.67)

Essa noção foi utilizada primeiramente por etnólogos. Lévi-Strauss apontou a separação do trabalho entre os sexos como meio de “complementar” o trabalho produzido pelo grupo, estabelecendo assim a estrutura familiar da sociedade. Porém esse conceito foi redefinido por antropólogas feministas ao mostrar que essa complementaridade estava mais ligada às relações de poder entre homens e mulheres. (TABET, 2005).

Com o capitalismo, o tempo e o espaço são classificados de acordo com as noções de trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, onde a força de trabalho é vendida como uma mercadoria e a esfera doméstica torna-se restrita ao espaço familiar reprodutivo<sup>16</sup>. Esse princípio delimitou o que era “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” através de uma conotação hierárquica que estrutura a divisão sexual do trabalho de acordo com os interesses capitalistas (ÁVILA, 2009, p. 55).

A obra de Saffioti é pioneira nesses estudos, foi a primeira mulher no Brasil a problematizar a questão acerca do trabalho doméstico e o trabalho doméstico remunerado, sua trajetória pessoal esteve interligada com essas abordagens, pois precisou trabalhar como trabalhadora doméstica remunerada quando saiu da zona rural e foi para a cidade. (II Oficina Feminilização do Trabalho, 2011). As obras de Danièle Kergoat (2001), Helena Hirata (2003) Fatiha Talahite (2009) entre outros

---

<sup>15</sup> -O movimento feminista demorou anos para visualizar e lutar pelas causas do trabalho doméstico remunerado.

<sup>16</sup> - No modo de vida feudal, os trabalhos produtivos estavam no espaço doméstico: plantação, criação de animais, etc.

autores também completam essa abordagem da “divisão sexual do trabalho” como fonte de várias influências na vida social. Suas análises mostram que as consequências dessa divisão, onde a reprodução, do que se seja feminino e masculino, ampliada nas instituições sociais podem influenciar a vida escolar, a linguagem no mundo do trabalho e a vida pública, política, social e familiar.

As análises sobre a divisão sexual do trabalho questionam a invisibilidade do trabalho doméstico e sua especificidade como sendo trabalho feminino, assim o não reconhecimento do trabalho doméstico remunerado estaria ligado a essa naturalização. Os conceitos de “trabalho produtivo e reprodutivo” trouxeram as noções de valores vinculadas aos trabalhos realizados por homens e mulheres. Sendo o produtivo/homem a fonte de lucro e o reprodutivo/mulher sendo necessário para a manutenção da vida cotidiana (ÁVILA, 2009, p. 25). Atualmente o número de mulheres inseridas no mercado de trabalho é crescente, mas as transformações dessa divisão sexual na vida doméstica e familiar dificilmente acompanham as mudanças no mercado de trabalho.

Helena Hirata (2003) ainda questiona se a servidão feminina no trabalho doméstico é voluntária. A autora leva em consideração as motivações psico-afetivas da dominação, central neste campo e pouco explorada pela sociologia. Em sua análise as noções de “servidão voluntária”, de “consentimento” a dominação e o “sentimento amoroso” são fundamentais para pensar o afeto na reprodução da servidão doméstica.

A análise do trabalho doméstico como relação de “serviço-servidão” voluntária que se desenvolve no âmbito do casal e da família, retoma as análises hoje clássicas da “disponibilidade permanente” (...). Contudo, essa abordagem sociológica tem seus limites: não pode tratar da irredutibilidade das relações singulares e dos sentimentos que fundam, ao menos parcialmente, tal disponibilidade ao outro. Essas relações singulares resistem, de outro lado, a toda tentativa de generalizações, seja a noção de consentimento dos dominado-as, isto é, a clarividência dos sujeitos sexuais dotados de consciência, seja aquela na cegueira do grupo de mulheres em seu conjunto praticando a “servidão involuntária”. Entre os dois, a reprodução doméstica (...) continua a ser realizada, reproduzindo ao mesmo tempo a ordem econômica e a relação de opressão e dominação. (HIRATA, 2003, p.51)

As conquistas de direitos e o reconhecimento profissional das mulheres no país foram conquistados através de muitas reivindicações dos movimentos feministas. A cada conquista um passo a mais para o reconhecimento entre os



gêneros e a possibilidade de questionar e modificar essa realidade<sup>17</sup>. Porém, ainda há muito a se fazer nas relações que tangem o espaço doméstico, seja na exploração entre o homem e a mulher, seja na exploração entre mulheres de diferentes classes (KOFES, 2001).

Assim, quando uma mulher entra no mercado de trabalho as tarefas domésticas que eram realizadas por ela, normalmente, não são repassadas para o grupo familiar ou cônjuge, mas são direcionadas às trabalhadoras domésticas remuneradas. Reafirmando dessa maneira a dominação de gênero (dominação entre mulheres e entre homens e mulheres) e reproduzindo desigualdade de classe.

Dessa maneira o conceito de divisão sexual do trabalho possibilita pensar na naturalização de que os trabalhos domésticos são designados como femininos e, portanto geram uma maior carga de trabalho as mulheres e ocasionam, muitas vezes, um não reconhecimento de que o trabalho doméstico remunerado é um trabalho que precisa ser pago. Contudo, como esse conceito também é generalizador, as relações do trabalho doméstico remunerado não podem ser apenas subjugadas nessas relações de poder binárias. São muitas as interpretações dos símbolos sociais que tangem as relações do trabalho doméstico remunerado, as diferenças sexuais são vistas como formas primárias de dar significado à diferenciação (SCOTT, 1990). Este trabalho se baseia na idéia de Joan Scott (1990) em que as noções de poder estão submetidas em seus contextos locais. De tal modo que essas trabalhadoras domésticas remuneradas não são totalmente subordinadas e também não totalmente autônomas. Elas estão inseridas em um contexto hierárquico de poder, porém sabem utilizar as estratégias políticas ligadas a afetividade, que está estritamente relacionada à suas concepções de cidadania. Essas noções são baseadas nas teorias apresentadas abaixo, onde as noções de sujeitos e agentes aparecem nas obras sobre o trabalho doméstico remunerado a partir dos anos 2000.

O trabalho de Suely Kofes “Mulher Mulheres: identidade, diferença, e desigualdade na relação entre patroas e empregadas” (2000) é uma referência para os estudos relacionados ao tema. Sua pesquisa antropológica ressalta a ambigüidade vivida dentro das casas brasileiras, onde nas relações entre famílias e trabalhadoras domésticas remuneradas as desigualdades e diferenças são

---

<sup>17</sup> - nessa abordagem de perspectivas marxistas ainda é preciso abordar textos de Elisabeth Lobo (1991), Castro (1999) Alda Brito (1970), Farias (1983), Vergonlino (1989) entre outros.

marcadas e delimitadas dentro desse espaço. A autora encontra em atos e ações cotidianas essas ambigüidades, como por exemplo, a empregada não poder se sentar a mesa para comer sendo que foi ela quem preparou a comida.

A autora ainda reflete e aponta criticamente o espaço doméstico como formador de um sujeito “mulher”, onde esta se constitui a partir do mundo doméstico e é parte constitutiva dele. O espaço doméstico não é apenas o ambiente de tarefas e das delimitações da divisão sexual do trabalho, é o local definidor da feminilidade. Assim Kofes assinala as tensões nas relações entre mulheres e as diferenças bem marcadas pelas divisões de classe. E ainda que se tenha o pressuposto da igualdade entre os sexos, essas patroas não reconhecem suas empregadas como iguais.

Dessa maneira a autora nos remete a reflexão da complexidade do trabalho doméstico remunerado no Brasil, apontando essas desigualdades e invisibilidades do outro no espaço doméstico é possível pensar essas relações no âmbito da cidadania. Pois, nessas relações a invisibilidade não se dá apenas na esfera de gênero, mas também na esfera cidadã; ou seja, a invisibilidade também afeta o olhar para a outra como trabalhadora brasileira que tem seus direitos e deveres.

Essa invisibilidade também está presente no olhar do Estado através da Constituição, pois como já visto as leis para trabalhadoras domésticas remuneradas ainda não são totais. De acordo com o conceito de “cidadania regulada” de Wanderley Guilherme dos Santos<sup>18</sup> a cidadania está diretamente ligada à formalidade trabalhista, dessa maneira os trabalhadores que não tinham seu ofício regulamentado em leis eram “pré-cidadãos”, é então através da criação do Ministério do Trabalho e da legalização de sindicatos que se estende a cidadania brasileira, porém de forma restrita. A cidadania então se faz pela “via de regulamentação de novas profissões” e não aos valores que vinculariam os sujeitos como membros da sociedade. De acordo com o autor, a cidadania brasileira não se integra aos pressupostos políticos, mas estava organizada em um sistema de estratificação ocupacional.

Apesar das críticas à sua obra, o conceito ainda me parece pertinente quando se discute o trabalho doméstico remunerado no Brasil. É importante lembrar que, em

---

<sup>18</sup> - Esse conceito pode ser visto em diversas de suas obras, como: “Cidadania e Justiça: a política social da ordem brasileira (1979); A Pós- Revolução Brasileira (1985) Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática (1980)” .

alguns casos, essas mulheres invisibilizadas pelo Estado não encontram em sua realidade cotidiana condições básicas de cidadania como acesso a saúde, moradia, segurança, educação, saneamento básico, etc., mas são encontradas na casa dos patrões sendo esta a via (através da formalização da carteira de trabalho) de encontro com a cidadania.

Essa desigualdade de classe e as humilhações sofridas dentro do espaço doméstico por essas trabalhadoras foram determinantes para suas reivindicações referentes ao reconhecimento trabalhista e social. Joaze Bernadino Costa em sua tese de doutoramento “Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos” (2007) analisa a trajetória e os discursos dos sindicatos de trabalhadoras domésticas remuneradas de cidades e capitais brasileiras (Campinas, Rio de Janeiro, Recife, Bahia e Brasília). O autor não tenta efetivar, através dessas trajetórias, a representação política dessa categoria, mas ressalta que o ativismo político dessas trabalhadoras domésticas remuneradas produz um conhecimento que articula gênero, classe e raça. Por meio do pressuposto que o conhecimento não é produzido por uma posição neutra e universal e utilizando de autores como Abdias do Nascimento, Boaventura Souza e Santos e Quijano nos mostra como a produção do conhecimento se dá por meio de diferentes situações e realidades em um meio hierárquico de poder. Para o autor, “o movimento das trabalhadoras domésticas remuneradas no Brasil desvenda a simultaneidade da modernidade e da colonialidade na sociedade contemporânea”, problematizando assim a narrativa da democracia racial e do “bom senhor ou boa senhora’.

As formas de resistências encontradas no trabalho doméstico remunerado vão além dos movimentos sociais, muitas vezes os “protestos” estão no dia a dia em formas de pequenos atos que se estruturam nos bastidores do serviço doméstico como diz Jurema Brites (2000). Em sua tese “Afeto, Desigualdade e Rebelião: bastidores do serviço doméstico” a autora demonstra as formas de resistência cotidianas como um processo de criatividade simbólica. Utilizando de Jean Socott a autora descreve o comportamento que se desenrola longe das vistas de seus patrões, e nos aponta que a observação da vida dessas agentes são a chave para a compreensão das disputas políticas que estão em jogo nesse espaço.

Além disso, a autora delinea as práticas políticas utilizadas no cotidiano das trabalhadoras domésticas de Vitória no Espírito Santo através de observações no

ambiente de trabalho e em suas próprias moradias. A autora ressalta que essas trabalhadoras conseguem enxergar no trabalho doméstico remunerado alguns benefícios que outros trabalhos não poderiam lhe dar, como “ganhar roupas, móveis, a sobra do almoço de domingo, cuidados com as crianças, entre outras coisas”. Dentre essa lógica está presente também a ambigüidade afetiva entre trabalhadoras domésticas remuneradas e seus empregadores (principalmente as mulheres e crianças), “os pagamentos extra-salariais, as trocas de serviço que não estavam no contrato de trabalho, o carinho e atenção com as crianças são dotados de grande carga afetiva” (BRITES, 2011), porém não deixa de estar em um contexto bem demarcado e hierarquizado pela diferença de classes.

Essas características dão sustentabilidade para reforçar a noção de “reprodução estratificada”, inspirada pela categoria analítica de Sheele Colen, onde relações políticas e econômicas desiguais e diferenças nas organizações familiares dão funcionalidade a essa lógica trabalhista e o quanto são valorizadas pelas próprias trabalhadoras domésticas.

Jurema Brites não deixa de descrever a violência e as humilhações que essas trabalhadoras sofrem em sua vida cotidiana, mas ressalta as habilidades e rebeldias que estas fazem nos bastidores do trabalho doméstico remunerado.

De acordo com as obras citadas<sup>19</sup>, é possível pensar no serviço doméstico como um campo onde as regras do jogo não estão apenas no domínio do Estado, é importante lembrar que para cada obstáculo são encontradas, subjetivamente, formas de se expressarem.

Este trabalho se propôs a ouvir, das próprias militantes de Juiz de Fora, suas próprias lógicas e “conceitos” do que seja cidadania e organização política. Além disso, na pesquisa realizada em Juiz de Fora foi encontrada uma relação sindical diferente das analisadas em outras regiões brasileiras, onde as relações de sociabilidade são os motrizes principais para se manter aquela instituição funcionando. O viés político de suas atuações está mais identificado com um espaço afetivo e social.

Dessa maneira, as obras apresentadas nos mostram, que desde a formação de categoria (como visto na obra de Graham) a afetividade encontrada nessas relações tangenciam as lógicas que a estruturam; sendo assim, não seria possível

---

<sup>19</sup> - nessa perspectiva de cidadania, sujeitos e agentes também é preciso falar das obras de Girard (1996), Marie Anderfuhren (1999), Dominique Vidal (2007), Marlene Tamanini (2000) entre outros.

pensar em outra forma de política que estivesse vinculada a esta estrutura. Seria possível fazer política tomando café? A resposta dada pelas integrantes da Associação de Trabalhadoras Domésticas seria “sim”, pelo simples fato que política proposta por elas está muito distante das negociações partidárias e articulações com outros movimentos sociais. A sua formação política faz com que suas motivações estejam mais relacionadas a um reconhecimento trabalhista e integridade social. Para entender melhor essa relação é necessário compreender a história dessas mulheres e da associação.

## 5. A TRAJEÓRIA DAS MILITANTES E DA ASSOCIAÇÃO

Contar a caminho da Associação separada da trajetória das militantes é impossível, pois suas histórias pessoais fazem parte da constituição e da forma como essa instituição se faz atualmente. Dedicaremos em contar nesse trabalho a trajetória social dessas mulheres que participam hoje da Associação, pois foi com elas que passei mais parte da pesquisa e que consegui aprofundar em suas histórias. Também contei com informações passadas pelo Padre Marcelo e Zeneida (pessoas que ajudaram a formar a Associação). Atualmente o cotidiano da Associação conta com quatro militantes e com um advogado. Porém, esporadicamente, duas ex-militantes vão ao encontro destas; mas como estiveram durante muito tempo associadas, contarei um pouco sobre suas participações.

### **Dona Neusa**

D. Neusa é baixa, negra, 72 anos, cabelos curtos e um pouco grisalhos. Foi morar na casa de italianos ainda muito criança e trabalhou para essa família durante toda sua vida. Orgulha-se dos estudos e do curso de governanta que fez com a ajuda dessa família.

Hoje tem um restaurante, que se chama Favorito, na AV. Sete de Setembro onde faz tudo sozinha, cozinha, arruma, lava, faz cada prato individual. O Paulo, seu marido, ajuda a servir os clientes. Não tem filhos, mas considera o Marcelo (filho da patroa italiana) como se fosse seu “filho posticho”. Dedicou a sua vida a Associação e é a militante que está lá há mais tempo.

Conheceu a Associação através da JOC e quando o Padre Marcelo reuniu essas mulheres para fundar uma Associação ela já estava presente. D. Neusa se articula com sindicatos de trabalhadoras domésticas do Brasil todo, viaja e sempre participou de eventos, encontros, congressos, reuniões. Já viajou para Brasília, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Campinas para lutar pela categoria. Seu grande sonho é ter uma casa para ter a Associação e não depender mais de espaços cedidos pela Igreja, pois aí ela vai fazer cursos, vai arrumar lugar para as

trabalhadoras domésticas remuneradas dormirem quando não tiver para onde ir, vai transformar a Associação em sindicato e estabelecer convênios com médicos e dentistas.

### **Maria das Graças Santana**

Maria das Graças Santana é negra, tem cabelo liso na altura do queixo, usa óculos e freqüentemente usa calça jeans, blusa e paletó de lã. Normalmente a chamam de Santana para identificar melhor com a outra Maria das Graças (outra militante da Associação). Não é casada e tem dois filhos, mora em um bairro muito distante do centro da cidade, Retiro, com seu filho, a nora e a neta.

Santana já aposentou como trabalhadora doméstica remunerada e ainda trabalha em casa de família, começou a trabalhar com 9 anos olhando as crianças de uma patroa, trabalhava o dia todo e a noite ia estudar, dormia na casa dos patrões. É a irmã mais velha de 8 irmãos e sua mãe ficou viúva muito cedo, então ela teve que começar a trabalhar para ajudar na casa.

A patroa foi ensinando ela a cozinhar e a arrumar a casa. Estudou na Escola Normal (escola pública, situada no centro de Juiz de Fora e era conhecida, antigamente, como uma escola de excelência). Como seu patrão era militar ela se mudou com eles para Pouso Alegre, uma cidade do Sul de Minas Gerais, que apesar de ser uma cidade em constante crescimento (IBGE, 2009) sempre foi uma cidade tranqüila de interior. Santana viveu lá durante dois anos. Depois eles se mudaram para Brasília e ela me disse que não conseguiu se adaptar com a cultura da cidade e ficou lá apenas um ano, o tempo necessário para terminar a oitava série. Voltou para Juiz de Fora e trabalha até hoje.

Ela conheceu a Associação pela prima dela, Gabriela, que conhecia o Padre Marcelo que movimentava a Associação. Então, desde essa época Santana estava lá, ficou um tempo sem ir porque se mudou para o Rio de Janeiro e Cabo Frio com os patrões (na época só ganhava salário mínimo inteiro se dormisse na casa dos patrões).

Santana hoje representa a “Nacional”, ela quem vai, junto com D. Neusa, para os encontros e congressos que os sindicatos das trabalhadoras domésticas remuneradas do Brasil e a FENATRAD (Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas) realizam para poderem discutir os problemas da categoria e as

possíveis soluções. Ela já viajou para Bahia, Brasília e Recife. Entrou para a “Nacional” quando a Marta (ex-militante) saiu.

### **Conceição**

Conceição é negra, alta, 51 anos, cabelos curtos e às vezes usa lencinhos na cabeça. Frequentemente usa calça jeans, blusas mais justas ao corpo, durante o frio era difícil vê-la bem agasalhada. Ela trabalha na mesma casa há quase quarenta anos. Nunca trabalhou em outra casa ou em outro lugar, sempre para uma família muito tradicional de Juiz de Fora. Faltam poucos anos para se aposentar e disse que vai alugar uma casa quando sair da casa dos patrões. Apesar de namorar, Conceição não pensa em se casar.

Ela conheceu a Associação através de uma reunião que aconteceu no Magister<sup>20</sup>, ouviu um anúncio e foi saber o que era. Desde então ela frequenta e ajuda na instituição. Hoje ela é tesoureira, mas como ela mesmo diz “tesoureira sem dinheiro” (pelo fato que não há nenhuma transação monetária na Associação). Disse que a Associação deu força para ela chegar ao patrão e pedir para que ele pagasse um salário mínimo que era de direito (na época não havia a lei que regulamentasse o salário das trabalhadoras domésticas remuneradas, quando se tornou lei ela pediu).

### **Maria das Graças de Souza**

Maria das Graças de Souza é negra, cabelo curto, magra e com o rosto bem fino, seus olhos parecem sempre arregalados. É uma mulher mais contida e tímida. Tem 65 anos, mas não aparenta ter mais de 45. Já é aposentada como trabalhadora doméstica remunerada e atualmente vende cosméticos. Disse que sua pele é boa por utilizá-los.

Começou a trabalhar como trabalhadora doméstica remunerada com 9 anos, ela morava com sua madrinha, pois sua mãe já havia falecido. Sua madrinha conseguiu emprego de doméstica em uma pensão para ela, pois viu o anúncio em

---

<sup>20</sup> - O Colégio Magister foi fundado por D. Tereza Leite e seu marido Aurélio de Gama Leite. Educadora, iniciou a carreira na rede pública. Militante feminista foi uma das criadoras do Centro da Mulher Mineira. Integrou a militância católica e foi Secretária de Educação de Juiz de Fora.



um jornal. Mas como a sua patroa não dava dias de folga para a ela para passar com a família, sua tia foi buscá-la no emprego.

Aos 12 anos foi trabalhar em uma casa no Rio de Janeiro para cuidar de uma criança e ficou lá até os 33 anos, lá conseguiu estudar pelo supletivo e tirar a oitava série do ensino fundamental. Voltou para Juiz de Fora e se casou, porém não teve filhos. Trabalhou até se aposentar.

Conheceu a Associação através de um programa de rádio, onde a Maria das Graças Santana estava falando sobre o trabalho doméstico remunerado, os direitos, o trabalho da Associação e ela procurou para saber o que era e como funcionava. Ela continuou freqüentando e hoje ajuda muito como auxiliar da instituição, todas as terças feiras, sem falta, é possível encontrá-la lá.

### **Marta**

Marta é baixa, mulata, cabelos grisalhos e pintados, gordinha e tem dificuldades para andar. Uma mulher muito extrovertida e com personalidade muito forte, tem um carisma que envolve a todos. Atualmente não está participando da Associação, porém fez uma viagem com D. Neusa para uma reunião regional no Sindicato de Trabalhadoras Domésticas no Rio de Janeiro enquanto eu fazia a pesquisa.

Conheceu a Associação junto com Conceição na mesma reunião no Magister, ela e Conceição trabalhavam na mesma casa e depois que uma das filhas dos patrões se casou ela foi trabalhar com essa filha e se aposentou por lá. Desde o dia que foi no Magister ela continuou indo à Associação, disse que está desvinculada porque já aposentou e não vai ao centro da cidade, e com isso fica muito difícil sair de casa para ir à Associação. Ela era a irmã mais velha e teve que ajudar os irmãos muito cedo, começou a trabalhar como trabalhadora doméstica remunerada com 10 anos de idade, e para ganhar mais foi embora para Rio de Janeiro e São Paulo, mas depois de um tempo voltou para Juiz de Fora. Ela não é casada e não tem filhos, mora com a irmã, sobrinha, marido da sobrinha e o filho do casal. Ela é tia- avó e diz isso com muito orgulho.

Foi a representante da Associação de Trabalhadores Domésticos de Juiz de Fora na “Nacional”, e muitas militantes de outros lugares a conhecem pelo seu carisma. Nas notícias de Jornal que foram pesquisadas seu nome sempre aparece.

## **Leninha**

A Leninha não faz parte da administração da Associação, trabalha junto com a Conceição e durante anos foi resistente aos constantes convites que lhe foram feitos, pois é casada, tem dois filhos e precisava voltar para casa não podendo comparecer as reuniões. Durante a pesquisa ela freqüentou mais a Associação, levando sempre um lanche para todas, aliás os lanches e as festas que a Associação organizava foi um dos atrativos para ela conhecer. Ela é negra, alta, magra, 48 anos e muito engraçada.

## **Dr. Manuel**

O Dr. Manoel é um advogado que atua no setor trabalhista, 50 anos, branco, olhos claros, alto, muito magro e quase sem cabelo. Usa freqüentemente roupa social ou terno. Sempre fala com voz firme e, em alguns casos, parece ser uma pessoa severa.

Conheceu a Associação através de um amigo que ajudava essas mulheres, então quando ele não podia ir, pedia para que o Dr. Manuel fosse em seu lugar. A partir daí ele é o advogado que auxilia essas militantes. Há mais de quinze anos ele reserva todas as terças e quintas feiras a tarde para ajudá-las, quando não pode ir ou o caso precisa de mais atenção (ex.: quando uma trabalhadora doméstica remunerada não leva a carteira de trabalho a Associação, ou quando patrões fazem a trabalhadora doméstica remunerada assinar um papel que elas não sabem explicar) ele também atende em seu escritório profissional. Sua formação religiosa (evangélico) e seu crescimento na zona rural fizeram com que a sua percepção em relação aos outros fosse muito próxima de sua vida, pois já realizou eventos, através da igreja que participa, onde montava uma tenda com atendimento jurídico, médico, odontológico em bairros carentes da cidade.

Além de atuar, ele leciona aulas sobre direito trabalhista na Universidade Federal de Juiz de Fora e na Universo (faculdade particular na mesma cidade).

Seu trabalho na Associação consiste em dar apoio jurídico as trabalhadoras domésticas remuneradas que necessitam, ele faz cálculos de décimo terceiro salário, férias, INSS e acordos de rescisão de contratos. Além de aconselhá-las sobre não assinar nenhum papel que elas não saibam o que seja e acolher danos morais.

Durante todos esses anos trabalha voluntariamente e sempre se mostrou companheiro e a disposição da Associação, já houve dias que somente ele apareceu na Associação. Diz que não há como cobrar dessas mulheres, nem em seu escritório ele cobra por dar informação. Somente quando a trabalhadora doméstica remunerada precisa entrar na justiça contra os patrões ele cobra 20% do valor que foi ganho. Atualmente seu trabalho é o único oferecido pela instituição às trabalhadoras domésticas remuneradas, algumas que já precisaram de seu apoio jurídico não voltam à Associação e sim para o seu escritório pessoal para resolver outros problemas.

### **A Trajetória da Associação**

A trajetória da militância das trabalhadoras domésticas remuneradas de Juiz de Fora se inicia também com o apoio da JOC (Juventude Operária Católica) em meados dos anos 50, como na maioria dos exemplos da formação política das Associações do Brasil e América Latina. A Teologia da Libertação foi um dos componentes fundamentais de um campo “ético-político” que se constituiu a partir dos anos 70, mobilizador e difusor de movimentos de ação direta (DOIMO,1995). Entre os atores deste campo é inegável a importância de setores identificados com princípios religiosos progressistas, como a Igreja Católica (e as ações pastorais atreladas à Teologia da Libertação), setores da esquerda e movimento ecumênico que promulgavam uma crítica ao capitalismo periférico, com um discurso de conscientização e libertação (GOMES DE SOUZA, 1990). Nesse campo as pessoas são tomadas como agentes de reflexão, decisão de ação, capazes de captar, criticar e transformar suas estruturas sociais, ou seja, nas Pastorais, inspiradas pela Teologia da Libertação, os oprimidos afirmavam-se como agentes culturais legítimos e válidos. (MADURO,1990).

Em Juiz de Fora não foi diferente. As primeiras articulações das trabalhadoras domésticas remuneradas se deram com patrocínio da JOC. Elas (as trabalhadoras) chegaram de formas diferentes até as reuniões que acabaram por formar uma Associação. Algumas, como Dona Neusa, conheceram o grupo porque ia à Igreja tomar conta dos filhos dos patrões; outras foram recrutadas no interior das reuniões das Pastorais de Trabalhadoras (esposas de militantes, por exemplo) e claro que também havia o convite para as trabalhadoras da rede de sociabilidade. Foi assim

que dos debates da JOC com trabalhadores, decidiu-se manter um grupo específico de reflexão com trabalhadoras domésticas remuneradas na Pastoral da Igreja Bom Pastor, apoiada pelo Padre Martinho Gaio e pelo Padre Marcelo<sup>21</sup>.

Nessas reuniões a reflexão do evangelho era sempre baseada na realidade trabalhista do grupo. No entanto, um grupo de quatro trabalhadoras domésticas remuneradas, Maria Inês, Zeneida, Sirene, D. Neusa começa a perceber que sua realidade trabalhista era muito diferente das outras encontradas no local. Essas trabalhadoras começam a se articular e formam uma Associação onde se ajudavam mutuamente (passavam para outras habilidades que eram detentoras como artesanato, corte-costura e culinária) e a Igreja lhes cedia um espaço na Pastoral e assessoraram o grupo quando precisavam conversar com advogado, viajar para Congressos, etc..

Em 1960 D. Neusa, Zeneida, Sirene e Maria Inês conheceram Maria Ilma que era a presidente da Associação de Trabalhadores Domésticos da capital em uma viagem à Belo Horizonte, promovida ainda pela JOC. A partir desse momento elas tiveram contato com um discurso mais politizado sobre as questões trabalhistas da categoria e conseguiram contatos com outras Associações e grupos do país que já se mobilizavam para aderir mais associadas e conquistar seus direitos. Maria Inês começa um processo de articulação política e se torna a primeira presidente da Associação de Trabalhadoras Domésticas de Juiz de Fora. A partir deste momento, as associações do Brasil começam a ter uma articulação nacional. Através de contatos que Dona Laudelina mantinha com autoridades governamentais, foi percebendo que somente uma reunião nacional das Associações de Trabalhadoras, ainda dispersas, poderia juntar forças para um reconhecimento mais amplo, Os Congressos Nacionais montados a partir de então, fortalecem o movimento.

Esses encontros e congressos foram fundamentais para o fortalecimento de sindicatos e associações de todo o país. Foi através deles que essas trabalhadoras se articulavam politicamente, singularizavam a luta por cidadania e produziam conhecimento :

Segundo a tese do Sindicato do Rio de Janeiro, foram as associações que despertaram nas demais trabalhadoras domésticas o interesse pelos

---

<sup>21</sup> - Padre Marcelo é francês e veio da Europa justamente para ajudar nas bases dos movimentos populares, pois na Europa esse movimento também estava muito forte.

problemas da categoria e do país. Porque viram que a sua situação não é um caso isolado, mas faz parte do conjunto da situação geral do país. (BERNARDINO-COSTA,2007,pag.211)

Bernardino-Costa (2007) sugere que esses encontros possibilitaram a emergência de um movimento de mulheres produtoras de conhecimento que muitas vezes as “ciências acadêmicas” deixaram ocultas. Através de suas narrativas, reivindicações e formação de associações denunciavam a realidade trabalhista hierárquica, pois o trabalho doméstico remunerado está presente na formação da sociedade brasileira, acompanhando suas configurações e mudanças sociais e políticas. As reflexões de classe, gênero e raça estavam integradas ao movimento, como uma resistência “quilombista” (*vis-a-vis* o conceito de Abdias do Nascimento) ou uma narrativa descolonial (no sentido de Quijano), pois as experiências e histórias de vida dessas trabalhadoras dirigidas ao espaço público como uma utopia transformadora, estavam inscritas na sua própria experiências individuais de existência.

Maria Inês e Dona Neusa voltam desses congressos com uma articulação política mais ativa, porém a morte inesperada de Maria Inês enfraquece drasticamente o grupo. Então após um ano sem reuniões Padre Marcelo chamou D. Neusa (que já participava do primeiro grupo) para retomarem com os encontros na Cúria Metropolitana. Os encontros nessa época, além de refletir sobre o trabalho doméstico remunerado, ofereciam bailes aos fins de semana, festas, amigo oculto, etc. Este tipo de organização tinha um poder maior de atração e fortaleceu a Associação com novas integrantes.

Santana: A Dorinha e Neiva.. Elas trabalhavam aqui na casa do lado da casa que eu trabalhava. Então, elas que me chamaram para participar da Associação, e tinha todo sábado tinha festa menina, tinha baile, não, na época do Marcelo tinha baile. Era muito divertido sabe, como eu dormia, né? Eu morava aqui no serviço, eu dormia por aqui, aí elas me chamaram para ir, a minha patroa deixava eu ir com elas lá na Associação no final de semana, porque no meio da semana tinha que estudar né? Não deixava eu parar de estudar não. (Entrevista: Maria das Graças Santana, militante de Juiz de Fora)

Num paralelo comum com os relatos das militantes históricas, as Associações eram importantes como espaços de sociabilidade afetiva, um lugar onde a mulher migrante, separada de seus laços familiares encontrava para se reconhecer e

encontrar alguma acolhida emocional.(ODETE,1999). Nos anos 50 e 60 Dona Laudelina de Campos Melo produzia em Campinas bailes de Debutantes, baile da Pérola Negra, escolas de balé para meninas, encontros lúdicos e sociais afinados com as estratégias do movimento negro de então promover o reconhecimento e enaltecer a raça negra .

D. Neusa começa a fazer encontros no Colégio Magister aos domingos, onde as questões trabalhistas eram discutidas e trabalhadas entre elas. Assim, se agregam ao movimento Conceição e Marta que fazem parte até hoje da Associação. Com o movimento mais articulado politicamente e com o apoio de mais associadas D. Neusa e Marta conseguem alugar uma casa no Bairro Dom Bosco<sup>22</sup> onde haveria reuniões, ajudaria às trabalhadoras domésticas que não tinham onde dormir no fim de semana e proporcionariam cursos. Porém não conseguiram manter o aluguel da casa e foram para um quartinho no bairro Benfica<sup>23</sup> de uma prima de Marta. Lá aconteceu o Encontro Regional de Trabalhadoras Domésticas com presença do Sindicato do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Nova Iguaçu, entre outras, onde houve uma discussão sobre as Associações, Sindicatos e os direitos que estavam buscando.

Percebe-se que as estratégias políticas sempre estavam baseadas nas relações familiares, de sociabilidade e afetivas nesse contexto. Durante todo esse tempo a Associação não deixou de fazer encontros e reuniões nos espaços cedidos pela Igreja, ao mesmo tempo em que tentavam uma autonomia política através de suas próprias redes, não deixaram de fazer atendimentos trabalhistas na Cúria Metropolitana.

Com um grupo maior, as associadas resolveram fazer contato com advogados para esclarecer melhor sobre seus direitos, já que a Constituição de 1988 garantiu leis às trabalhadoras domésticas remuneradas. O Padre Marcelo já havia se afastado nesse momento, pois percebeu que a Associação tinha que seguir seu próprio caminho e as reflexões religiosas já não cabia mais naquele espaço, o grupo estava seguindo para uma autonomia própria de lideranças e reivindicações políticas e ele respeitou esse caminho. (entrevista junho, 2011)<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> - O Bairro D. Bosco faz parte periferia na Cidade de Juiz de Fora.

<sup>23</sup> - Benfica fica a 26 km do centro de Juiz de Fora. É o principal bairro da Zona Norte e a população do bairro está estimada em 20.000 habitantes.

<sup>24</sup> -Essa visão de Padre Marcelo é em termos de tempo históricos coincidente com o recrudescimento dos movimentos populares, apontados por Doimo (1999).

As reuniões promovidas pelo Padre Marcelo acabaram, mas trabalhadoras ainda se reuniam no espaço da Igreja.

Segundo depoimentos pessoais, recolhidos em campo, uma briga interna entre duas militantes sobre o direcionamento da Associação abalou fortemente sua estrutura. A liderança nas mãos de D. Neusa sempre foi muito centralizada, não oferecendo oportunidades para novas lideranças e novas articulações. Não manteve contato com movimento negro, de mulheres e de partidos políticos justamente porque não queria que ninguém interferisse na Associação. Esse poder centralizado acabou enfraquecendo o movimento de Juiz de Fora, segundo algumas de suas militantes.

Além disso, a falta de apoio financeiro fez a Associação se reunir somente nos espaços da Igreja Católica, que a partir daquele momento contava com atendimento jurídico e palestras de um ginecologista para as trabalhadoras domésticas remuneradas. Naquele período sempre havia festas depois das palestras.

Atualmente a versatilidade da Associação entrou em declínio, como veremos mais tarde. A Associação de Trabalhadores Domésticos de Juiz de Fora funciona agora na Pastoral João Paulo II no bairro Granbery<sup>25</sup>. As militantes são D. Neusa, Conceição, Maria das Graças Santana, Maria das Graças de Souza e Marta (que atualmente está afastada por problemas de saúde) se reúnem duas vezes por semana, e também contam com a ajuda do advogado Dr. Manoel, membro da Igreja Evangélica. Hoje em dia seu trabalho é o único oferecido pela instituição às trabalhadoras domésticas remuneradas, algumas que já precisaram de seu apoio jurídico não voltam à Associação e sim para o seu escritório pessoal para resolver outros problemas. Esse tipo de arranjo com advogados não é incomum em outras associações e muitas lideranças do movimento são contrárias a que o atendimento direto a trabalhadora reclamante seja feita por alguém que não esteja ligada intrinsecamente ao movimento.

A falta de novas lideranças durante esses anos fez com que o movimento político ficasse nas lembranças e saudades dessas mulheres, pois a atividade que a Associação de Trabalhadores Domésticos de Juiz de Fora desempenha hoje é extremamente vinculada ao trabalho jurídico que o advogado oferece às

---

<sup>25</sup> - O bairro onde a Associação está é de classe média em Juiz de Fora e lá abriga também um dos colégios mais tradicionais da cidade.

trabalhadoras domésticas remuneradas, que o procuram quando já foram ao Ministério do Trabalho. As militantes ainda mantêm contato com Associações e Sindicatos do Brasil, participando de encontros e congressos organizados por essas instituições, sobretudo na figura de D. Neusa. Mas no dia a dia da Associação transferem para a figura do advogado (por deter mais conhecimento sobre a lei) a luta pelo direito das trabalhadoras.

A trabalhadora doméstica remunerada sentou perto de Dr. Manoel e mostrou para ele o papel que tinha recebido da patroa, ela disse que mostrou para a patroa o valor que ele fez e que ela disse que estava errado, que era 380,00 reais que tinha direito a receber. A patroa pagou esse valor, mas ela não quis assinar o papel. De acordo com o papel de Dr. Manoel ela tinha direito a receber 1.300 reais. Dr. Manoel foi lendo o papel cautelosamente e disse para ela não assinar, pois lá estava dizendo que ela tinha pedido demissão.

Dr. Manoel: - “Ela te demitiu ou você pediu para sair?”

ela: - “Ela me ligou falando que iria me dispensar antes do combinado, isso é o que? Ela que me demitiu, não é?”

Dr. Manoel disse para ela não assinar, que estava errado.

Ela: - “Mas eu vou dizer o que? Não vou assinar porque está errado?” Dr.

Manoel: “É, você não sabe falar não? Tem que falar não, não vou assinar.”

Ela: “Tá bom (risadas), qualquer coisa eu volto aqui tá”. Ela se despediu e Maria das Graças pediu suas informações para escrever no caderninho, mas ela disse que não iria se associar e que outro dia ela vinha com irmã. (Diário de Campo, 2010)

Assim, a conscientização trabalhista é ouvida, na maior parte das vezes, pelo advogado. Durante algumas reuniões somente ele aparece na Pastoral para prestar o atendimento jurídico, ou, quando não podia comparecer as militantes entregavam seu cartão para que as trabalhadoras o encontrassem no escritório.

Dessa maneira, os encontros nas terças e quintas-feiras se mostram hoje, muito mais como um espaço de sociabilidade para essas mulheres que compartilham um estado de solidão (não são casadas, não têm filhos e nem família) que o próprio trabalho lhes proporcionou (saíram de suas casas ainda crianças para trabalhar em casa de família). O viés político de suas atuações está mais identificado com um espaço afetivo e social. As reuniões sempre são acompanhadas por café, biscoitos, bolos, lanches, conversas sobre a patroa doente, reportagens sobre trabalhadoras domésticas remuneradas na Ana Maria Braga, fofocas, etc.

Como já mencionamos esse estado de solidão não é uma particularidade dessas trabalhadoras, conta no relatório final no V Congresso Nacional de Trabalhadoras Domésticas em Olinda (1985) a seguinte conclusão: “todas essas discussões de trabalho e de vida trazem como conseqüência um sentimento de



solidão e revolta embutida e, por isso, na nossa profissão existem muitos casos de doenças nervosas”. (BERNARDINO COSTA, 2007)

As trajetórias de vida e a conscientização de classe trazem angústias e desconfortos que perduram significativamente na afetividade e vida social dessas trabalhadoras. A Associação de Trabalhadoras Domésticas de Juiz de Fora ainda persiste por vínculos muito mais fortes e intensos que os de ordem política formal-vínculos de afetividade, cuidado, companheirismo e saudades compartilhadas.

Sem dúvida que o movimento de trabalhadoras domésticas de Juiz de Fora recrudescer, sobretudo se compararmos com a atuação de Sindicatos como do Rio de Janeiro, Campinas, Salvador, Recife – companheiras com as quais ainda mantém contatos. Talvez isso se deva pelo declínio do campo ético-político fomentador do ethos movimentalista<sup>26</sup>, como indica Doimo (1999) com, por exemplo, o afastamento dos intelectuais católicos, talvez pela personalidade idiossincrática de D. Neuza. Mas nos perguntamos se a persistência da existência dessa Associação, a qual nunca virou um sindicato, não se deva também por elementos de um contexto/imaginário popular no qual a política faça menos sentido que a religião e/ou que a reciprocidade? São questões ainda incipientes que nos colocamos sobre as transformações dos movimentos de trabalhadora domésticas remuneradas, sobre os quais Juiz de Fora tem mantido nossa inspiração.

Assim, traçar a trajetória da Associação de Trabalhadoras Domésticas de Juiz de Fora nos remete a reflexão de que as práticas políticas e à luta por cidadania nem sempre se expõem através de discursos, panfletos, negociações partidárias, etc. Mas na insistência em manter viva essa instituição social, que empodera essas trabalhadoras domésticas remuneradas, através de um sentido integrador social compartilhado nos encontros, festas, amigos ocultos que dão sentido as suas trajetórias particulares e que podem ser traduzidas em estratégias políticas integradoras.

---

<sup>26</sup> - Sanchis, ao apresentar o livro “A vez e Voz do popular” de Ana Maria Doimo comenta: A crise (do campo ético- político movimentalista) desemboca na erosão do próprio campo, pela dificuldade em amoldar impulsos éticos, autonomistas e anti-estatais que sempre sinalizaram às necessidades da institucionalização do pluralismo e da implantação estável de procedimentos legais democráticos. (Doimo, 1999, p. 13)

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na viagem em que acompanhei D. Neusa e Marta para o Congresso Regional de Trabalhadoras Domésticas no Rio de Janeiro fiquei surpreendida com as diferenças sindicais de cada cidade, estavam presentes sindicatos de Nova Iguaçu, Petrópolis, baixada fluminense, Resende, Volta Redonda, Vitória-ES, Juiz de Fora, Niterói, entre outros. O que era mais aparente é que D. Neusa e Marta eram as mais velhas, todos os outros sindicatos já apresentavam novas lideranças que se compunham por filhas, sobrinhas, afilhadas, amigas dessas novas militantes e também era muito comum as filhas/os dessas novas militantes estarem brincando no espaço de fora enquanto a reunião por diretos acontecia na sala. Esse é um dado importante, pois os sindicatos se renovam, em parte, por uma via parental, há uma nova geração de militantes que já havia acompanhado a realidade sindical desde sua infância, sendo assim a militância política do trabalho doméstico remunerado está vinculado a uma idéia de herança ideológica.

Depois da apresentação do quarto grupo sobre as dificuldades que os sindicatos apresentam, a militante de Nova Iguaçu levanta e fala: A gente tem que ter mais força de vontade, hoje a gente tem um tanto de coisa e as domésticas ainda tem vergonha de ser doméstica, eu tenho saudade do tempo em que a minha mãe ficava 15 horas dentro de uma kombi para ir para Brasília lutar por direitos. A gente tem que voltar a fazer essas coisas. (diário de campo, 10/10/2010)

Esse dado pode ajudar a pensar na dificuldade que a Associação de Juiz de Fora teve em fazer novas lideranças, pois como já dito, elas compartilham um estado de solidão e não tiveram filhas, sobrinhas, etc. Sendo assim, a herança ideológica não tinha para quem ser passada, pois a permanência na luta política sindical de trabalhadoras domésticas remuneradas mais jovens normalmente não está ligada apenas por uma consciência da realidade, pois sua constituição já é, em partes, condicionada por uma rede parental. Esse é mais um ponto para se pensar as dificuldades que os novos sindicatos encontram para a formação de novas militantes, não podemos deixar de mencionar outras características que dificultam também a formação de um novo quadro político. A falta de um espaço comum de encontro de trabalhadoras domésticas remuneradas dificulta enormemente a transmissão de informações sobre o sindicato e sobre seus direitos, muitas

militantes singularizam seus discursos em relação a esse aspecto, pois o acesso aos apartamentos condomínios e casas é muito restrito e a mobilização de mais associadas se torna mais difícil.

A estigmatização do trabalho doméstico remunerado é um ponto a ser acrescentado a esse contexto, pois a desvalorização das tarefas executadas e normalmente já naturalizadas como femininas leva ao um processo de desvalorização pessoal, assim não há orgulho em lutar por um profissão que tanto as envergonham.

Dr. Manoel me disse que o maior problema das trabalhadoras domésticas remuneradas hoje é que elas têm vergonha de serem domésticas, de dizer que são trabalhadoras domésticas. Muitas chegam ali dizendo que foi a primeira vez que trabalhou como doméstica, que antes já trabalhou em loja, em supermercado. Mas que na hora que ele vai pegar a carteira de trabalho, a pessoa só foi trabalhadora doméstica. Me disse que se eu for na porta de um prédio chique e se tiver uma trabalhadora doméstica na porta, você pergunta se ela é doméstica e ela diz que não, que está ali para visitar uma amiga. Mas que para visitar uma amiga ela tem que entrar pelas portas do fundo e pegar o elevador de serviço. (diário de campo, 01/07/2010)

Esses pontos são vistos em muitos sindicatos de trabalhadoras domésticas remuneradas, porém em Juiz de Fora isso tem um peso maior, já que a modernização em termos políticos de cooptações com outros movimentos sociais (feminista, negro e partido político) não aconteceu, fazendo com que a Associação não conseguisse manter os mesmos discursos, não incorporando assim uma nova dinâmica política, dificultando a ascensão de novas lideranças. Esse afastamento não está ligado apenas por uma questão de interesses pessoais, mas por uma falta de compreensão de termos - muitas vezes elitizados para essas trabalhadoras domésticas remuneradas – que não fez parte de suas reivindicações trabalhistas e que não veio de encontro com as noções da militância de hoje.

A articulação com esses novos movimentos sociais está muito bem estruturada no cotidiano dessa nova fase da militância. Isso não é visto na militância de Juiz de Fora, que sempre esbarrou em limites de diversas ordens para a sua expansão. Nesses encontros a distância com os movimentos se tornava muito aparente em suas falas e ações.

Todass que estavam no café vão para a sala inicial e a coordenadora pede para ficarem em circulo, enquanto não começava a dinâmica D. Neusa

pediu a Josefa que cantasse alguma coisa. Mas a Josefa não estava naquele momento e a advogada de Nova Iguaçu disse que também se chamava Josefa. D. Neusa disse: ah, mas eu to falando da Josefa preta. As outras militantes que estavam perto dela disseram: preto é cor, negro é raça. E muitas outras repetiram isso depois. (diário de campo, 10/10/2010)

A militante de Vitória levanta e pergunta para um advogado: é que lá em Vitória a gente recebe muita denúncia e reclamação de discriminação racial, mês passado eu fui na assembléia do movimento negro e o maior número de registros veio de mulheres, negras, pobres e trabalhadoras domésticas. Como que fica isso? O que a gente pode falar para elas?

Nesse momento os advogados começam a discutir como é difícil ter provas para assegurar os direitos das trabalhadoras domésticas. O Advogado de Niterói começa a falar:

- Então, eu já peguei um caso que a empregada doméstica sofria racismo na residência e casos de agressões verbais, me dizia que a patroa chamava ela de macaca, pretona, fedorenta, e vários casos de humilhação. Quando fomos para a justiça a juíza não aceitou as acusações porque a gente não tinha provas, testemunhas, nada. Eu tentei argumentar, mas nada deu certo. Aí quando a gente estava saindo a juíza chamou a gente de novo, porque a secretária dela escutou no corredor a patroa falando: “bem feito sua macaca, não consegui tirar nada de mim, nem para isso você serve, preta mesmo”. A juíza então disse que ela teria que pagar uma indenização por danos morais e racismo e que só não mandava ela para uma delegacia porque não foi ela quem escutou as ofensas e sim a sua secretária. Só assim ela conseguiu ganhar a causa, porque só pelos meus argumentos a juíza não tinha dado o caso para a empregada.

Depois disso Wal (militante de Vitória) se levanta novamente e diz que esse tipo de coisa todas elas têm que saber, que a lei contra o racismo era a mesma coisa da Lei Maria da Penha, porque só serviu para a Penha, nada presta para as Marias. Todas as militantes que estavam na sala começam a falar ao mesmo, foi quando Marta acordou de seu cochilo. (diário de campo, 10/10/2010).

Quando D. Neusa se referiu a Josefa como “preta” não estava em jogo as questões raciais, ela só pensou em distinguir duas pessoas. A repressão foi imediata pelas militantes que estavam a sua volta, mesmo elas percebendo que não havia nenhum tipo de conotação racista em sua fala era necessário, naquele espaço, definir suas posições políticas. Isso é bem marcado na fala de Wal e no interesse das militantes que estavam escutando, quando uma trabalhadora doméstica de Vitória vai reclamar de seus direitos ela já entra em contato com um discurso feminista racial. O fato de Marta estar dormindo se dá por vários motivos, ela tem mais de 60 anos, tinha dificuldades para andar e a viagem se tornou mais cansativa, havia acabado de almoçar, etc. Mas estava dormindo também porque já não fazia mais parte dessas discussões, o lugar onde se formou politicamente não apoderava de

um discurso produzido por uma outra militância. Tanto D. Neusa quanto ela admitiam que essas discussões eram muito importantes, mas também já estava bem claro que não iriam incorporar esse discurso, seja por uma questão geracional da militância política, seja porque não estavam interessada em incorporá-lo.

Isso não aconteceu somente no Rio de Janeiro, no X Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas em Recife as diferenças em relação à novas dinâmicas políticas e militância eram muito mais apertadas e demarcadas. As fundadoras do sindicatos de São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Juiz de Fora entre outros foram ao Congresso na condição de convidadas, não podendo opinar e nem votar, isso fez com que elas se sentissem excluídas ao ponto de pegarem o microfone no último dia e se posicionarem. Além disso, elas já não conseguiam perceber o Congresso sendo de trabalhadoras domésticas remuneradas de fato, havia muitas diferenças e integrações com outros movimentos sociais que estavam presentes. Não gostavam de escutar feministas, pessoas da CUT, OIT, pesquisadores acadêmicos, queriam falar para si mesmas e não escutar os outros falando de seu movimento.

D. Neusa, eu e Santana saímos das palestras da manhã (palestras realizadas por Joaze Bernadino Costa (professor da UnB), Maria Betânia Ávila (integrante do SOS Corpo (movimento feminista) Rosane (integrante da CUT)) e fomos almoçar, nos sentamos na mesma mesa de Maria Ilma (integrante de Belo Horizonte) e Isabel (integrante de São Paulo). E D. Neusa fala: ah, vocês não acham isso esquisito. Na nossa época a gente que falava, fazia um balancete de tudo que as domésticas estavam falando. Maria Ilma: é, isso tá muito esquisito, falam coisas que nem sabem.  
D. Neusa: pois é, eu acho que a gente tinha que fazer um balancete de tudo. Aqui eles ficam falando por nós  
Isabel: eles (organização) colocaram a gente como observadora, a gente nem pode falar nada. (diário de campo, 18/09/2011)

Existe uma transformação no campo de formação das militantes, que nosso grupo de pesquisa tem registrado. Há uma modernização das maneiras de fazer política que se dá por meio da construção de agentes mais voltados para uma política moderna de resultados, muito ancorados por novos apoiadores do campo feminista.

Essas são questões que ainda precisa ser exploradas, a renovação de novas lideranças por meio de suas redes familiares, a incorporação de discursos e de

ajuda de outros movimentos sociais e como isso gera um conflito de interesses políticos entre as militantes fundantes e as novas gerações. Essa característica modela o contexto do debate político acerca do movimento de trabalhadoras domésticas remuneradas e proporciona reflexões sobre as direções que este campo começa a tomar, demonstrando que os desafios que o movimento de trabalhadoras domésticas remuneradas enfrenta surge das próprias divergências internas e que isso pode trazer consequências para a legitimação de uma política mais empoderada em termos nacionais.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Francisca Elenir. **Projeto Trabalho Cidadão**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social e Subsecretária de Políticas Afirmativas. 2009
- ÁVILA, Maria Betânia de Melo. O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010.
- BECKER, Howards. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. In.:\_\_\_\_\_. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Bigráfica. In.:\_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 6 ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papiurus, 1996.
- \_\_\_\_\_. Celibat et condition paysanne. **Études rurales**, v.5, n.6, p.32-136, avr.
- \_\_\_\_\_. O camponês e o seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR:PPRPPG/SCHLA, n.26, p. 83 -92
- BRITES, Jurema. **Afeto, Desigualdade e Rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.
- CARDOSO VALE, Tereza Cristina de Souza. **Cidadania Regulada: uma exploração crítica do conceito**. 6º encontro ABPC. Campinas, 2008.
- CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs) **Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadilha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe**. Venezuela, Ed. EPU, 1999.
- COSTA, Joaze Bernardino. **Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. Tese de Doutorado, Brasília, 2007.
- DUTRA, Eneida; MORI, Natalia. Governo não executou o Programa “Trabalho Doméstico Cidadão”. **Boletim Trabalho Doméstico Tem Valor**, São Paulo, v. 2, ano 1, outubro. 2008.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995

ESPINOSA, B., **Ética demonstrada à maneira dos geômetras**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ªed. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 20ªed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1988.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 2 vols. 3ªed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961.

GOMES DE SOUZA, Luis A. **Encontros e desencontros dos cristãos latino-americanos**. Estação de Seca na Igreja, ISER, Rio de Janeiro, n. 39, p. 43-50, 1990.

GRAHAM, Sandra Laudelarde. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo; Cia das Letras, 1992. 237 p.

HIRATA, Helena. Trabalho Doméstico: uma servidão voluntária?. In.: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

HIRATA et. al. (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. 342 p.

KOFES, Suely. **Mulher Mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

LINCOLN Yvonna S.; GUBA, Egon G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S.. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2ª edição. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006. p. 169 -192

MADURO, Otto. **A desmistificação do marxismo na Teologia da Libertação**. Estação de Seca na Igreja, ISER, Rio de Janeiro, n. 39, p. 55-72, 1990

MELO, Hildete Pereira de . **O Serviço Doméstico Remunerado No Brasil: de Criadas A Trabalhadoras**. Texto para Discussão do IPEA, Rio de Janeiro/RJ, p. 1-29, 1998.

MELO, Hildete Pereira de. PARREIRAS, L. E. ; PESSANHA, M. C.. A economia política do serviço doméstico remunerado: rendimentos e luta sindical. In: Irene M.S. GALEAZZI. (Org.). **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP FAT, 2005, v. 5, p. 106-117.

\_\_\_\_\_. *Gênero e pobreza no Brasil*. Relatório Final do Projeto de Governabilidad Democrática de Género en America Latina y el Caribe. Brasília: CEPAL,SPM, 2005.



OLIVEIRA, Emanuela P. **Cursos para trabalhadoras domésticas: estratégias de modelagem.** *Dissertação de Mestrado* apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, novembro de 2007.

OLIVEIRA, Emanula. **O sindicato de trabalhadoras domésticas de Campinas-SP: pensando desigualdades.** Rio de Janeiro. LASA 2009.

PORTO, Camba Marques. **Os Afazeres Domésticos, Trabalho Doméstico Remunerado e a Proteção do Estado Democrático de Direito.** In: Observatório

SAFFIOTI, Hleith I. B. **Gênero, Patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A Pós-Revolução Brasileira. In.: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Brasil, Sociedade Democrática.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1985.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In.: \_\_\_\_\_(Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente.** São Paulo: Editora Cortez, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, n.16, v.2, p. 5 -22, jul/dez, 1990

TALAHITE, Fatiha. Genre, marche du travail et mondialization. In. : FALQUES, Jules; HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle, et al. (Dir.). **Le sexe de la mondialisation** :genre, classe, race et nouvelle division du travail. Paris : Presses de Science Po, 2010.